

Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º de Entrada <u>3/6/98</u>
Classificação <u>050302</u>
Data <u>9/6/16</u>



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número \_\_\_\_\_ / x ( \_\_\_ª)

PERGUNTA Número 2763 / x ( 4ª)

Expeça-se
Publique-se
<u>1716/2009</u>
Q Secretário da Mesa <u>Alcarriz</u>

Assunto: **Investimentos nas refinarias da GALP e concretização da Central de Co-geração de Sines**

*Por determinação do Sr. Secretário da Mesa*

Destinatário: **Ministro da Economia e Inovação**

09.06.17  
hmdm

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

Por recente informação da CCT da GALP ficou o Grupo Parlamentar do PCP a saber de sucessivos atrasos no arranque da Central de Co-geração da Refinaria de Sines. A entrega do projecto terá estado agendada para Junho de 2008, depois foi adiada para Novembro, e em fins de Maio continuava sem dar sinal de vida. Relembre-se que o anúncio do projecto teve direito à presença do primeiro-ministro!

Na mesma informação refere-se a redução do plano de investimentos em vários projectos, alguns dos quais estratégicos para o desenvolvimento e sustentabilidade da empresa, que há muitos anos, aliás, deveriam ter sido realizadas. Plano de investimentos que tem contado igualmente com iniciativas mediáticas com a presença do primeiro-ministro e do ministro da Economia e Inovação, e onde foi anunciado, com pompa e circunstância, alcançar o valor de 5,2 mil milhões de euros!

O estado do plano de investimentos ganha particular relevo face ao interesse nacional, quando vieram a público divergências sérias entre os accionistas de referência relativamente à obtenção de meios para a sua concretização. Do que foi tornado público, são conhecidas, simplifadamente, quatro hipóteses:

(i) a já referida redução do plano de investimentos;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

(ii) a venda de importantes activos da empresa – gás natural e/ou blocos de exploração de petróleo;

(iii) o aumento de capital, o que parece ser recusado pelo Estado e pela ENI;

(iv) um corte no pagamento de dividendos aos accionistas nos próximos anos, que reverteria em aumento de capital – sublinhe-se que o compromisso actual da empresa implica uma distribuição de 50% dos resultados líquidos!

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministro da Economia e Inovação** nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Que razões explicam o atraso da concretização e entrada em funcionamento da Central de Co-geração de Sines? Para quando se prevê o arranque? Que repercussões em termos de custos orçamentais tem o atraso já verificado até ao fim do 1.º semestre de 2009?
2. Qual a posição do Governo face ao referido estudo do plano de investimentos da GALP? Quais as medidas do Governo para defender o plano de investimentos?
3. O que pode significar a redução no plano de investimentos? Que projectos serão afectados? Que motivos explicam tal situação?
4. Face aos compromissos assumidos, nomeadamente na Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2008, de 26 de Março, pela empresa como contrapartida a benefícios fiscais e incentivos financeiros públicos, qual vai ser a repercussão dos atrasos ou recuo dos investimentos no que foi contratualizado com o Estado? Que penalizações estão previstas para os investidores privados, caso não assumam os compromissos previstos na Resolução do Conselho de Ministros?

Palácio de S. Bento, 16 de Junho de 2009

O Deputados,

Agostinho Lopes

Honório Novo